

CARTA ABERTA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

OS MUNICÍPIOS COBRAM ATENÇÃO, O CUIDADO ÀS SUAS POPULAÇÕES, O SOCORRO PELA GOVERNABILIDADE

À Presidência da República,
À Câmara dos Deputados,
Ao Senado Federal,
Aos candidatos em 2026

Nós, Prefeitas e Prefeitos, eleitos pela vontade soberana do povo, através do voto direto e secreto, confiando a 4.843 homens e a 727 mulheres a missão de administrar os 5.570 municípios brasileiros.

Reunidos no Encontro Nacional de Prefeitos, promovido pela União Brasileira de Apoio aos Municípios – UBAM, com 20 anos de atuação, emanados dos princípios constitucionais,

Subscrevemos esta CARTA ABERTA, não apenas mais uma “carta”, mas, um documento de suma importância, expondo a situação dos Municípios de todo país, para cobrar dos Senhores e das Senhoras um compromisso verdadeiro, diante do povo brasileiro, compromisso este que não continue apenas nas “promessas dos palanques”, que ao longo dos anos se constituíram apenas “promessas”, que jamais saíram do ambiente eleitoral para se cumprirem de fato.

Senão, não haveria necessidade de estarmos aqui, para debatermos essa situação de penúria, de crise político-administrativa e descumprimento do “pacto federativo”, garantido na constituição da República Federativa do Brasil, composta, não apenas da UNIÃO, como centralizadora dos recursos que formam o sistema tributário, mas dos ESTADOS e dos MUNICÍPIOS, estes os mais sofridos.

A UNIÃO continua concentrando todos os recursos do chamado “bolo tributário” cujos impostos são gerados nos Municípios, impondo aos mesmos apenas os desafios e as responsabilidades e ainda promovendo renúncias fiscais só prejudicam a eles.

Como disse sabiamente o então senador José Agripino Maia, do Estado do Rio Grande do Norte:

“O caminho da Pátria passa pelos Municípios”

“A República Federativa do Brasil se inicia nos Municípios, onde a vida começa, onde mora o Cidadão”

O momento é grave.

O Brasil vive hoje um dos períodos mais críticos de sua história.

Segundo levantamento da UBAM, são mais de 30 por cento dos Municípios que terão dificuldades de pagar o décimo terceiro salário dos seus servidores, e de até conseguirem fechar o exercício fiscal de 2025, acumulando dívidas impagáveis e desdobramentos sociais preocupantes.

Oitenta e um por cento dos Municípios vivem exclusivamente dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, o FPM.

É preciso investir nas pequenas cidades deste Brasil Continental, levando oportunidades de emprego e renda, evitando assim o perigo social.

Queremos um compromisso que deve ser firmado com todos os eleitores que vão às urnas em 2026, e essas eleições acontecem nos Municípios, para que o pacto federativo venha a ser o principal assunto nas discussões e programas de governo.

Queremos mudanças na política que envolve o Censo Demográfico, promovido pelo IBGE, evitando que as distorções continuem a gerar diminuição nos repasses do FPM, com as contagens populacionais que não retratam a realidade.

Queremos rediscutir a apresentação das emendas ao orçamento da União, para que se proporcione aos Municípios a liberação imediata, independentemente de vontade e interesse político partidário e de interesses pessoais.

Embora aprovada, precisamos rediscutir a Reforma Tributária, com a qual os Municípios perdem a autonomia sobre a arrecadação do ISS e do Imposto de Renda, que vem sofrendo alterações que diminuirão drasticamente os recursos que serão pactuados.

Queremos a diminuição da burocracia exigida por todo aparato do governo da União, que tanto prejudica a liberação de recursos, transformando localidades em palco de obras inacabadas e inviáveis de recomeço.

Essas e outras necessidades geram as incertezas nos Municípios, que são os mais importantes entes da Federação.

Que o governo da União, que os governos estaduais e o congresso nacional possam dar voz aos Municípios.

Assinamos o acordo, os Prefeitos e Prefeitas dos 5.570 Municípios do Brasil, representados por todos presentes neste evento.

Rio de Janeiro, Encontro Nacional de Prefeitos